

**ATA DE Nº 77 DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SECCIONAL DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCÃO DE MATO GROSSO**

Data: 23 de fevereiro de 2007, 15:00 horas

Local: Sede da OAB-MT

Presenças: Presidente Francisco Anis Faiad; Vice-Presidente José Antônio Tadeu Guilhen; Secretária-Geral Luciana Serafim da Silva Oliveira; Secretário-Geral Adjunto Daniel Paulo Maia Teixeira; Tesoureiro Hécio Corrêa Gomes. Conselheiros Estaduais: Air Praceiro Alves, Ana Lucia Steffanello, Betsey Polistchuck de Miranda, Bruno Homem de Melo, Cleverson de Figueiredo Pintel, Eder Roberto Pires de Freitas, Edílson Lima Fagundes, Fábio Arthur da Rocha Capilé, Fabio de Sá Pereira, Humberto Silva Queiroz, João Carlos Brito Rebello, João Manoel Júnior, José Moreno Sanches Júnior, José Patrocínio de Brito Júnior, Marden Elvis Fernandes Tortorelli, Osvaldo Antônio de Lima, Pedro Marcelo de Simone. Conselheiros Estaduais Suplentes: Daniel da Cruz Muller de Abreu Lima, Darlã Martins Vargas, Fabiana Curi, Maria Aparecida Alves de Oliveira Leite, Pedro Martins Verão e Seila Maria Álvares da Silva. Conselheiros Federais: Francisco Eduardo Torres Sgaib e Ussiel Tavares da Silva Filho. Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados João Vicente Montano Scaravelli.

Item I e II – Abertura e verificação do quorum. O Presidente, depois de verificar o *quorum*, declarou aberta a Sessão. **Item III - Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior.** Aprovada, por unanimidade. **Item IV – Comunicações da Presidência.** O Presidente agradeceu a presença dos novos conselheiros e comunicou a justificativa de ausência do Conselheiro Alex Sandro Sarmiento Ferreira. **Item V – Inversão de Pauta.**

PROCESSO Nº 5.982/04. Inscrição por Transferência. REQUERENTE: Izonildes Pio da Silva. RECORRIDO: ex-officio. RELATOR: Éder Roberto Pires de Freitas. VISTA: Luciana Serafim da Silva Oliveira. A Secretária Geral Luciana Serafim acompanhou o voto do relator, que havia conhecido do recurso e lhe dado provimento, devendo os autos retornar à Segunda Câmara Julgadora para análise dos demais requisitos necessários para o deferimento da inscrição. Em discussão e votação, aprovado a unanimidade o voto do relator.

PROCESSO S/Nº – Inscrição Originária (isenção de anuidade). REQUERENTE: Odilza Freitas de Souza. RELATOR: Osvaldo Antônio de Lima. O Relator fez a leitura do relatório e voto opinando pelo seu deferimento. Em discussão, fez uso da palavra o Presidente da CAA/MT, João Vicente Montano Scaravelli. Em votação, aprovado a unanimidade o voto do relator. O Presidente convidou a todos para um minuto de silêncio em memória do Dr. Cid de Holleben, vice-Presidente da subseção de Poxoréo, que faleceu na manhã do dia 23 de fevereiro, na cidade de Porto Alegre/RS.

PROCESSO Nº 531/07. Alteração do Nome da Comissão. PARTE INTERESSADA: Comissão de Comércio Exterior e Relações Internacionais. RELATOR: Marden Elvis Fernandes Tortorelli. O Relator informou que se trata de parecer que foi solicitado pela comissão, referente mudança no nome da comissão para “Comissão de Relações Internacionais”, nome esse adotado pelo Conselho Federal, em razão do termo “Comércio Exterior” fazer parte das relações internacionais, opinando favoravelmente à alteração. Em discussão, fez uso da palavra o tesoureiro Hécio Corrêa Gomes. Em votação, aprovado a unanimidade o voto do relator. **PROCESSO Nº 553/05.**

Referente o MP ter assento ao lado direito do Juiz. PARTE INTERESSADA: OAB-MT. RELATOR: Darlã Martins Vargas. O Relator passou à leitura do relatório, informando que se trata de um procedimento administrativo, através do qual o Presidente da seccional da OAB/MT solicitou parecer a respeito da normatização descrita no art. 41, Inciso XI da Lei

Federal N.º 8.625/93, tratada pela Procuradoria Geral de Justiça desse estado, Of. N.º 601/2005 – Gabinete do TGJ, como “uma de suas prerrogativas funcionais em admissão ao cargo”, onde a relatora, a advogada Daniela Marques Scheverria, apresentou seu parecer no sentido de que o representante do MP não deve ter o privilégio de interlocução com o magistrado, e muito menos reservado qualquer sigilo, por entender que contraria os princípios constitucionais de isonomia e igualdade entre as partes, ao que o relator Darlã Martins Vargas deu seu parecer favorável ao parecer apresentado pela relatora e opinou para que esse Egrégio Conselho crie uma comissão de estudos para examinar a possibilidade de representação junto ao Conselho Nacional da OAB, para que seja proposta Ação Direta de Inconstitucionalidade, pois o dispositivo em comento do art. 41, Inciso XI da Lei Federal N.º 8.625/93 contraria os princípios constitucionais ora citados, ou na possibilidade de elaboração de Projeto de Lei, alterando o dispositivo, no intuito de fixar tal prerrogativa funcional, apenas quando o representante estiver exercendo a função de fiscal da lei. Em discussão e votação, aprovado a unanimidade o voto do relator. O Presidente indagou ao relator a possibilidade de análise para propor uma possível ADIN por parte do Conselho Federal, ao que foi aceito pelo relator. O Presidente solicitou ao Conselho autorização para inclusão de pauta do **PROCESSO N.º 562/07**, não havendo objeção. **Inclusão em Pauta. PROCESSO N.º 562/07. PARTE INTERESSADA: Comissão de Direito Penal e Processo Penal. ASSUNTO: Proposta de alteração do Regimento Interno, bem como alteração parcial dos seus objetivos e atribuições. RELATOR: Pedro Martins Verão.** O Relator informou que se trata de solicitação do Presidente da Comissão de Direito Penal e Processo Penal Dr. Ulisses Rabaneda, que propôs alteração no regimento interno, bem como alteração parcial dos seus objetivos e atribuições, passando em seguida à leitura das sugestões apresentadas, sendo a primeira referente ao nome daquela que propôs passasse para “Comissão de Apoio e Defesa ao Advogado Criminalista e Estudos de Direito Penal e Processo Penal” e a segunda, acrescentando o Inciso XII ao art. 2.º do Regimento da comissão, qual seja: “Apoiar material e tecnicamente a Procuradoria da OAB, respondendo consultas e elaborando pareceres em matéria criminal, na defesa dos interesses da advocacia criminal”, opinando pelo seu deferimento. Em discussão, os conselheiros Fabiana Curi e Osvaldo Antônio de Lima, apresentaram voto divergente à mudança no nome, por entenderem que poderá haver um choque entre o objetivo da Comissão e do Tribunal de Defesa das Prerrogativas, que possui basicamente a função de defender o advogado, quer seja na área criminal ou outra área qualquer; também fizeram uso da palavra a Secretária Geral Luciana Serafim da Silva Oliveira, os conselheiros José Moreno Sanches Júnior, Osvaldo Antônio de Lima, Fábio de Sá, Fábio Arthur da Rocha Capilé; conselheiro federal Ussiel Tavares da Silva Filho e o tesoureiro Hélcio Corrêa. Em votação, primeiramente foi rejeitada por maioria a proposta de alteração do nome da **Comissão de Direito Penal e Processo Penal, ficando vencido o Relator, prevalecendo a** divergência encabeçada pela Conselheira Fabiana Curi e Osvaldo Antônio de Lima **e em seguida** aprovado por unanimidade o acréscimo do Inciso XII ao Regimento Interno da Comissão. **PROCESSO S/N.º: Inscrição Originária (isenção de anuidade). REQUERENTE: Liney dos Santos. RELATOR: Osvaldo Antônio de Lima.** Retirado de Pauta. **RESOLUÇÃO N.º 013 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado Cláudio Hedney da Rocha, como membro para compor a Comissão de Ensino Jurídico.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO N.º 014 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado Clovis Othoniel Dantas Carapeba, como membro para compor a Comissão do Meio Ambiente.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO N.º 015 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear a**

advogada Josy Anne Menezes Gonçalves de Souza, como membro para compor a Comissão do Direito da Mulher. Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 016 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado André Stumpf Jacob Gonçalves, como membro para compor a Comissão de Direito Penal. Aprovada a unanimidade. RESOLUÇÃO Nº 017 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2007. PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão de Estudos Constitucionais - Triênio 2007/2009. Aprovada a unanimidade. RESOLUÇÃO Nº 018 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2007 (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado Ricardo Zancanaro, como membro para compor a Comissão de Direitos Humanos da Subseção de Água Boa. Aprovada a unanimidade. RESOLUÇÃO Nº 019 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007. PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão de Defesa do Consumidor - Triênio 2007/2009. Aprovada a unanimidade. RESOLUÇÃO Nº 020 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007. PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão de Direito Civil e Processo Civil - Triênio 2007/2009. Aprovada a unanimidade. RESOLUÇÃO Nº 021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007. PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão de Esporte e Lazer - Triênio 2007/2009. Aprovada a unanimidade. RESOLUÇÃO Nº 022 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior, como membro para compor a Comissão do Meio Ambiente. Aprovada a unanimidade. RESOLUÇÃO Nº 023 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado Murilo Barros da Silva, como membro para compor a Comissão de Direito Penal e Processo Penal. Aprovada a unanimidade. RESOLUÇÃO Nº 024 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado Joeverton Silva de Jesus, como membro para compor a Comissão do Jovem Advogado. Aprovada a unanimidade. RESOLUÇÃO Nº 025 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear, como convidado, Cristiano Peixoto Duarte, para compor a Comissão de Ensino Jurídico. Aprovada a unanimidade. RESOLUÇÃO Nº 026 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007. PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão do Direito do Trabalho – Triênio 2007/2009. Aprovada a unanimidade. RESOLUÇÃO Nº 027 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear a advogada Acenete Banagouro de Carvalho, como membro para compor a Comissão do Direito da Mulher. Aprovada a unanimidade.**

Item VI - Assuntos Gerais. Palavra livre. O Presidente comunicou a todos que recebeu do diretor do Fórum da Comarca de Cuiabá, Dr. Gilberto Giraldeleli, informação de que a reclamação feita pela OAB no tocante aos cartazes afixados nas escriturarias, falando que ofender servidor era calúnia e difamação e crime de desacato à autoridade, foi também considerada abusiva pela Corregedoria, determinando a retirada dos mesmos e portanto, ficou resolvido o problema na medida do que foi solicitado. O Presidente informou também que em visita ao Tribunal de Justiça, foi levado a conhecer o novo espaço destinado à sala da OAB, que passou para 47m², porém que ainda faltam algumas reformas para a sua completa conclusão. O Presidente comunicou a todos que no dia 26 de fevereiro a CAA/MT estará firmando convênio com a MT Fomento, e contará com a presença do governador Blairo Maggi. Que no mesmo dia, às 19:00h haverá a posse dos membros da ESA/MT. Na seqüência haverá o lançamento do livro Tutela Antecipada, de autoria do

advogado Daniel de Moura Nogueira, de Sinop, e em seguida acontecerá a aula inaugural da ESA/MT que contará com a participação do palestrante, Dr. Antonio Carlos Marcato. No dia 17 de fevereiro, a diretoria estará reunida com os novos membros do Tribunal de Ética e Disciplina no plenário, para posse e alguns esclarecimentos a respeito dos trabalhos naquele tribunal. A OAB/MT recebeu convite para participar da solenidade de posse da nova diretoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que acontecerá no dia 1º de março, no Hotel Fazenda Mato Grosso. Que no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher estará tomando posse e realizando um ato em comemoração ao dia da mulher, às 19:00h no plenário da OAB e contará com a participação da juíza Maria Erotides Kneip Macedo que dará uma palestra alusiva à Lei Maria da Penha. No dia 09 de março, o Presidente estará em Campo Novo do Parecis, dando posse à nova diretoria da subseção e no dia 10 de março, haverá a posse da nova diretoria da subseção de Tangará da Serra. Que no dia 11 de março é o Dia do Consumidor e a comissão provavelmente estará promovendo ato alusivo no dia 12 de março, segunda-feira e essas datas serão confirmadas através de e-mail. A confirmar, no dia 15 de março, a posse da nova diretoria de Comodoro. Que está confirmado para o dia 16 de março, posse da subseção de Mirassol D'Oeste e no mesmo dia posse da diretoria da subseção de Pontes e Lacerda. Nos dias 25, 26 e 27 de abril acontecerá o Congresso sobre "As Inovações dos Direitos de Família", numa parceria entre a OAB, CAA/MT, ESA/MT e IBDFAM. O Presidente da CAA/MT, João Vicente Montano Scaravelli informou que a CAA/MT firmou convênio com Lelis Peixaria e com o Café Cancun, beneficiando a todos os advogados e suas famílias. Informou também que nos dias 03 e 04 de março estará acontecendo o Encontro dos Delegados da CAA/MT e contará com a participação de 25 (vinte e cinco) dos 28 delegados. O Dr. João Vicente falou também sobre o convênio entre a CAA/MT e a MT Fomento que beneficiará o advogado adimplente com a anuidade 2007, disponibilizando um crédito de até R\$5.000,00 (cinco mil reais) para compra de equipamentos de informática. A Conselheira Ana Lúcia Steffanello fez uso da palavra para agradecer a presidência da casa pela incumbência que lhe foi conferida de representar esse Conselho na posse do desembargador Luiz Ricardo Alcântara no Tribunal Regional do Trabalho. A Conselheira também informou que durante a solenidade, um dos magistrados presente, ao fazer uso da palavra, deixou transparecer claramente o seu inconformismo com a vaga do Quinto Constitucional, destinada a um advogado e comunicou que a AMATRA já entrou com Projeto de Lei visando extinguir essa vaga no Quinto Constitucional. Em outra fala, a Conselheira lembrou a todos que em um painel realizado em 2005, na cidade de Florianópolis, por ocasião da Conferência Nacional dos Advogados, na "Carta de Florianópolis" foi abordado diversos assuntos, entre eles a questão das nações indígenas que deveriam estar a salvo das missões estrangeiras. A Conselheira também lembrou que à época o Conselho Federal havia escolhido o ano de 2006 como o "Ano da Defesa da Amazônia", porém mais uma vez esse assunto foi esquecido. Que a Agência Nacional de Inteligência elaborou um relatório sobre a ocupação da Amazônia, onde destaca a forte presença de militares norte-americanos dentro da Amazônia. Que esse assunto é de extrema gravidade, vez que estão fazendo uma distorção na cultura indígena daquela região, e por ser Mato Grosso, parte integrante do projeto Amazônia Legal, deverá este Conselho estar atento e preocupado, pois com certeza o que estão visando na verdade é subtrair do território nacional a Amazônia. Com relação à primeira fala da Conselheira Ana Steffanello, a Secretária Geral Luciana Serafim da Silva Oliveira sugeriu ao Presidente Francisco Faiad que se faça um requerimento à AMATRA, solicitando cópia da fita da posse do desembargador Luiz Ricardo Alcântara para que se apure a denúncia apresentada pela Conselheira. Sobre esse assunto também se manifestou o conselheiro federal Ussiel Tavares, dizendo que cabe representação por parte desse Conselho junto à Corregedoria e nota de repúdio e o conselheiro Osvaldo

Lima, sugerindo que se faça um levantamento para se apurar se essa posição é apenas do magistrado ou se a AMATRA comunga do mesmo entendimento. A Conselheira Ana Steffanello esclareceu que o magistrado, que é, inclusive, Presidente do órgão, falou em nome da AMATRA, ao que o Presidente Francisco Faiad consultou o Conselho sobre a possibilidade de uma nota de repúdio às palavras do Presidente da AMATRA, o que foi deferido a unanimidade. A Secretária Geral Luciana Serafim da Silva Oliveira cobrou posição dos conselheiros federais a respeito do grande número de mortalidade infantil nas regiões indígenas, assunto esse abordado por ela na Conferência Nacional dos Advogados em Florianópolis, inclusive sendo novamente assunto de capa nos jornais de Mato Grosso essa semana, com denúncias de mortalidade infantil nas aldeias de Campinápolis/MT, ao que a Conselheira federal, Ana Steffanello informou que na última sessão que a mesma participou no Conselho Federal, fez pedido oficial ao Presidente Raimundo Cezar Britto Aragão e aguarda que tais assuntos sejam colocados em pauta o quanto antes, vez que na gestão anterior do Conselho Federal essas denúncias não foram levadas a efeito. Com relação à ocupação na Amazônia, o conselheiro federal Ussiel Tavares informou que a Seccional de Mato Grosso está tentando sediar a Conferência Nacional, onde estará acompanhando todo esse processo, inclusive a questão da soberania na Amazônia. O Presidente agradeceu nesse momento a presença do Presidente da subseção de Sorriso, Dr. Henrique da Costa Neto e do ex-conselheiro Cláudio Stábile. A Secretária Geral Luciana Serafim da Silva Oliveira convocou a todos para a aula inaugural da ESA que entre outros assuntos, vai tratar da questão da reforma do código civil e solicitou o apoio dos demais na questão da divulgação desse evento. Também informou a Secretária Geral que a ESA estará montando o conteúdo programático para o ano de 2007 e que já se encontra em andamento o Curso das Reformas do Processo Civil que acontecerá tanto em Cuiabá, quanto nas cidades do interior onde possui subseção. Também informou sobre o curso de Pós-Graduação em 03 (três) áreas, sendo Administração Pública, Direito Empresarial e Direito Agro-Ambiental, com inscrições abertas até o dia 28 de fevereiro. A Secretária falou também sobre a segunda edição da Revista da OAB, que se encontra em fase de acabamento e solicitou a colaboração de todos enviando artigos. Que com relação a cobrança das custas judiciais, a mesma requer uma posição mais enérgica por parte da OAB, e citou a construção do túnel que ligará o Tribunal ao Bloco Desembargador Antonio de Arruda, visando, segundo informações do Tribunal, uma melhor circulação dos magistrados e servidores do judiciário entre esses dois órgãos. Que esse túnel é visto pela mesma como o “Túnel da Vergonha” para a nossa sociedade, sendo que em sua construção houve gasto de mais de um milhão de reais e tem interditado a mais de quarenta e cinco dias, uma das principais vias de acesso ao Centro Político Administrativo e solicitou que a OAB indague ao Tribunal de Contas a respeito da fonte desses recursos, já que o Tribunal tem alegado falta de recursos para a contratação de novos servidores e juízes, o que iria acelerar o andamento da justiça. O Presidente Francisco Faiad informou que, quando da visita ao Tribunal de Justiça, teve confirmado, pela assessoria da presidência daquela casa, que os recursos para a construção desse túnel são oriundos das taxas judiciárias. Que em conversa com o Procurador Geral de Justiça, Dr. Paulo Prado foi informado que o mesmo já havia feito uma interpelação ao TJ referente à fonte dos recursos, bem como solicitado cópia do projeto de construção desse túnel. O Conselheiro Air Praeiro fez uso da palavra para informar que fontes do Conselho Nacional de Justiça dão conta de que um dos maiores fatores de exclusão social de acesso à justiça são as taxas do poder judiciário e que por isso, louva a atitude de indignação da Secretária Geral Luciana Serafim acerca desse assunto. O conselheiro Air Praeiro também informou que, com relação à interpelação feita pela Conselheira Betsey Polistchuk de Miranda quando da última reunião do Conselho, a respeito dos defensores que, por ocasião da comunicação da prisão em flagrante, vinham assessorando

todos que eram presos em flagrante, o mesmo levou tal fato ao conhecimento da Defensora Geral, que determinou a todos os defensores para que, quando do recebimento da comunicação em flagrante, se dirijam ao estabelecimento prisional e se certifiquem da capacitação econômica do cidadão, para só então a defensoria poder atuar. A Conselheira Fabiana Curi foi solidária à manifestação da Secretária Geral em relação ao túnel do TJ e se disse indignada com a banalização da aplicação do dinheiro público, conclamando todos para uma manifestação pública de repúdio à política adotada pelo Tribunal. A Conselheira Ana Steffanello sugeriu que a OAB exponha os nomes dos parlamentares que votaram favoravelmente ao aumento das custas, colocando os mesmos aos olhos da sociedade. O Presidente Francisco Faiad fez duas propostas: nomear o Conselheiro Bruno Homem de Mello para estudar um possível encaminhamento de Ação de Improbidade Administrativa junto ao MP ou iniciar uma coleta de assinaturas para uma Emenda Popular, visando derrubar o aumento das custas, no dia do lançamento do Transporte do Advogado. O Conselheiro Federal Ussiel Tavares se posicionou no sentido de que se trata de uma discussão tardia, uma vez que a obra já está praticamente concluída. O Tesoureiro Hércio Corrêa Gomes se manifestou no sentido de que não se deve tomar nenhuma atitude no calor da discussão, mas que se requisitasse informações, coletasse dados, estabelecesse critérios para estudar e amadurecer essa discussão e citou o caso da cobrança das custas pelo FUNAJURIS, que, segundo entendimento do mesmo, se trata de assunto muito mais relevante nesse momento. O Secretário Geral Adjunto Daniel Paulo Maia Teixeira disse que a OAB deve analisar com serenidade e mais profundamente essas questões para não fazer denúncias infundadas de uso indevido do dinheiro público. O Conselheiro Federal Ussiel Tavares se manifestou novamente no sentido de alertar os conselheiros que, do valor arrecadado com as custas do judiciário, a OAB também tem participação, e que portanto, essa situação deveria ser enfrentada de forma responsável e cuidadosa, inclusive acompanhando de perto junto ao Conselho Federal, o andamento das denúncias que já foram anteriormente encaminhadas. O Presidente Francisco Anis Faiad consultou o plenário e ficou decidido que será encaminhado ao Conselheiro Bruno Homem de Mello todos os documentos que o Procurador Geral de Justiça Paulo Prado encaminhará, visando um estudo e possível entrada de Ação de Improbidade Administrativa junto ao MP. O Presidente Francisco Anis Faiad, as 18:40 h (dezoito horas e quarenta minutos) declarou encerrada a Sessão, do que, para constar, eu, Daniel Paulo Maia Teixeira, Secretário-Geral Adjunto, mandei lavrar a presente ata, que, conferida, segue assinada por mim e pelo Presidente, depois de aprovada pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados de Mato Grosso.



FRANCISCO ANIS FAIAD
Presidente



DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA
Secretário - Geral Adjunto